Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão da Segurança e da Defesa

2025/2142(INI)

12.9.2025

ALTERAÇÕES
1 - 188

Projeto de relatório
Christophe Gomart
(PE776.772v01-00)

Preparação da defesa europeia 2030: avaliação das necessidades
(2025/2142(INI))

Alteração 1
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
Citação 2-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o artigo 4.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Or. en

Alteração 2
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Citação 3-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o décimo relatório intercalar, de junho de 2025, sobre a aplicação do conjunto comum de propostas aprovado pelos Conselhos da UE e da OTAN,

Or. en

Alteração 3
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
Citação 3-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2025/1106 do Conselho, de 27 de maio de 2025, que cria o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE),

Or. en

Alteração 4
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Citação 7-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório de Enrico Letta, de 10 de abril de 2024, sobre o futuro do mercado único (Relatório Letta),

Or. en

Alteração 5
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Citação 7-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório de Sauli Niinistö sobre o reforço da prontidão e da preparação civil e militar da Europa,

Or. en

Alteração 6
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Citação 7-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*

– Tendo em conta o Relatório de Sauli Niinistö, de 30 de outubro de 2014, sobre o reforço da prontidão e da preparação civil e militar da Europa (Relatório Niinistö),

Or. en

Alteração 7
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Citação 11-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório Especial n.º 04/2025 do Tribunal de Contas Europeu, de 5 de fevereiro de 2025, intitulado «Mobilidade militar na UE: Insuficiências de conceção e obstáculos no percurso não permitem atingir velocidade máxima»,

Or. en

Alteração 8
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que, segundo a Agência Europeia de Defesa (AED), após uma redução em 2014, as despesas de defesa dos Estados-Membros ascenderam a ***326*** mil milhões de EUR em 2024, representando 1,9 % do ***seu*** PIB;	A. Considerando que, segundo a Agência Europeia de Defesa (AED), após uma redução em 2014, as despesas de defesa dos Estados-Membros ascenderam a ***343*** mil milhões de EUR em 2024, representando 1,9 % do PIB***, o que equivale a um aumento de 19 % em relação a 2023***; ***que, de acordo com a AED, é possível que em 2025 os Estados-Membros excedam a orientação da OTAN de afetação de 2 % do PIB à***

defesa;

Or. en

Alteração 9
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que, segundo a Agência Europeia de Defesa (AED), após uma redução em 2014, as despesas de defesa dos Estados-Membros ascenderam a ***326*** mil milhões de EUR em 2024, representando 1,9 % do seu PIB;	A. Considerando que, segundo a Agência Europeia de Defesa (AED), após uma redução em 2014, as despesas de defesa dos Estados-Membros ascenderam a ***343*** mil milhões de EUR em 2024, representando 1,9 % do seu PIB;

Or. en

Alteração 10
Andrey Novakov

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que o atual nível de investimento da UE na segurança e na defesa não chega para assegurar capacidades adequadas, nomeadamente ao longo da flanco oriental da OTAN e na região do mar Negro;

Or. en

Alteração 11
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que ***a*** Comissão ***estima que a necessidade de*** um investimento adicional no domínio da defesa por parte dos Estados-Membros até 2030 ***ascenderá a*** 800 mil milhões de EUR no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de 10 % das despesas para atingir cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que***, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para*** a defesa ***e o espaço, cinco vezes mais do que no período anterior***;	B. Considerando que ***as estimativas da*** Comissão ***possibilitaram*** um investimento adicional no domínio da defesa por parte dos Estados-Membros até 2030 ***de até*** 800 mil milhões de EUR no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de ***até*** 10 % das despesas para atingir ***até*** cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que ***as ações isoladas têm um custo muito superior ao das ações conjuntas; que o custo da falta de preparação e de uma eventual derrota militar, com a consequente perda de autonomia, é muito mais elevado do que o custo de uma ação decisiva neste momento; que o aumento das despesas nacionais com*** a defesa ***sem procurar resolver os problemas da coordenação, dos esforços redundantes e do desalinhamento das estratégias pode revelar-se contraproducente, porque pode agravar as dificuldades na integração das forças e fazer aumentar os custos de aquisição para todos os Estados-Membros devido à intensificação da concorrência entre eles***;

Or. en

Alteração 12
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que a Comissão ***estima*** que a necessidade de um investimento adicional no domínio da	B. Considerando que ***tanto o relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade europeia como*** a

defesa por parte dos Estados-Membros até 2030 ascenderá a 800 mil milhões de EUR no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de 10 % das despesas para atingir cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para a defesa e o espaço, cinco vezes mais do que no período anterior;	Comissão ***estimam*** que a necessidade de um investimento adicional no domínio da defesa por parte dos Estados-Membros até 2030 ascenderá a 800 mil milhões de EUR no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de 10 % das despesas para atingir cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para a defesa e o espaço, cinco vezes mais do que no período anterior;

Or. en

Alteração 13
Michael Gahler

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que a Comissão ***estima que a necessidade de um investimento adicional no domínio da defesa por parte*** dos Estados-Membros até ***2030 ascenderá a*** 800 mil milhões de EUR no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de 10 % das despesas para atingir cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para a defesa e o espaço, cinco vezes mais do que no período anterior;	B. Considerando que a Comissão ***apoia os esforços*** dos Estados-Membros ***em matéria de investimento no setor da defesa, com um montante de*** até 800 mil milhões de EUR ***até 2030, e através de várias medidas*** no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», o que implica um aumento anual de 10 % das despesas para atingir cerca de 575 mil milhões de EUR em 2030, ou seja, 3,15 % do PIB combinado; que, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para a defesa e o espaço, cinco vezes mais do que no período anterior;

Or. en

Alteração 14
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que a União deve manter uma postura de defesa explicitamente defensiva, por natureza, evitando qualquer perceção de intenção ofensiva suscetível de exacerbar as tensões internacionais ou de contribuir para um dilema de segurança; que a colocação da tónica nas capacidades defensivas — como a defesa aérea e antimísseis, a ciber-resiliência e a proteção de infraestruturas críticas — pode reforçar a dissuasão, mantendo simultaneamente o compromisso da UE para com a paz e a estabilidade, em consonância com os seus princípios fundadores; que a União também deve zelar por que as suas despesas com a segurança e a defesa sejam acompanhadas de uma ambição proporcionada no que toca ao reforço da diplomacia e da colaboração internacionais tendo em vista a prevenção e o desanuviamento de conflitos;

Or. en

Alteração 15
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que, na sua proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão prevê 131 mil milhões de EUR para a defesa e o espaço, cinco vezes mais do que

no período anterior;

Or. en

Alteração 16
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que um aumento significativo e rápido das despesas de defesa pode contribuir para pressões inflacionistas, principalmente em setores com capacidade de produção limitada e elevada procura; que, a fim de atenuar este risco, o investimento no setor da defesa deve ser consolidado, racionalizado e financiado através de mecanismos sustentáveis que não agravem a dívida pública nem a inflação;

Or. en

Alteração 17
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C. Considerando que, segundo dados da Agência Europeia, em 2024, os Estados-Membros destinaram ***30 %*** das suas despesas de defesa a investimentos, dos quais 88,2 % foram para a aquisição de novos equipamentos e 11,8 % para a investigação e desenvolvimento; que, no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», este aumento deverá gerar, pelo menos, 240 mil milhões de EUR em investimento adicional até	C. Considerando que, segundo dados da Agência Europeia, em 2024, os Estados-Membros destinaram ***31 %*** das suas despesas de defesa a investimentos, dos quais 88,2 % foram para a aquisição de novos equipamentos e 11,8 % para a investigação e desenvolvimento; que ***as despesas relacionadas com a aquisição de equipamentos de defesa ascenderam a 88 mil milhões de EUR em 2024, o que representou um aumento de 39 % em***

2030;	***relação a 2023; que***, no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», este aumento deverá gerar, pelo menos, 240 mil milhões de EUR em investimento adicional até 2030;

Or. en

Alteração 18
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que a prossecução da prontidão em matéria de defesa não deve ser levada a cabo em detrimento da inovação civil e da estabilidade económica; que o investimento deve ser estrategicamente orientado para tecnologias de dupla utilização que beneficiem tanto o setor militar como o civil, promovendo o crescimento económico e o progresso tecnológico para além das aplicações puramente militares;

Or. en

Alteração 19
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que, de acordo com a AED, os Estados-Membros gastaram 13 mil milhões de EUR em investigação e desenvolvimento (I&D) no domínio da defesa, o que representou um aumento de 20 % em relação a 2023;

Or. en

Alteração 20
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que, de acordo com um estudo da Comissão, as PME da BTIDE enfrentam mais dificuldades para obter crédito e financiamento por capitais próprios do que as de outros setores, pelos seguintes motivos: i) irregularidade dos processos de contratação pública e dos prazos de pagamento entre os subcontratantes, o que limita a previsibilidade dos fluxos de caixa, ii) exclusão de alguns investidores das atividades de defesa por razões de imagem e iii) possibilidades limitadas de saída dos ativos de defesa nos mercados de capitais europeus;	F. Considerando ***que as pequenas e médias empresas (PME) são uma componente vital da base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE), proporcionando inovação, flexibilidade e conhecimentos especializados;*** que, de acordo com um estudo da Comissão, as PME da BTIDE enfrentam mais dificuldades para obter crédito e financiamento por capitais próprios do que as de outros setores, pelos seguintes motivos: i) irregularidade dos processos de contratação pública e dos prazos de pagamento entre os subcontratantes, o que limita a previsibilidade dos fluxos de caixa, ii) exclusão de alguns investidores das atividades de defesa por razões de imagem e iii) possibilidades limitadas de saída dos ativos de defesa nos mercados de capitais europeus;

Or. en

Alteração 21
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que, de acordo com um estudo da Comissão, as PME da BTIDE enfrentam mais dificuldades para	F. Considerando ***que as PME constituem a espinha dorsal da indústria de defesa da UE, proporcionando***

obter crédito e financiamento por capitais próprios do que as de outros setores, pelos seguintes motivos: i) irregularidade dos processos de contratação pública e dos prazos de pagamento entre os subcontratantes, o que limita a previsibilidade dos fluxos de caixa, ii) exclusão de alguns investidores das atividades de defesa por razões de imagem e iii) possibilidades limitadas de saída dos ativos de defesa nos mercados de capitais europeus;	***inovação, agilidade e resiliência regional em toda a cadeia de valor;*** que***, no entanto***, de acordo com um estudo da Comissão, as PME da BTIDE enfrentam mais dificuldades para obter crédito e financiamento por capitais próprios do que as de outros setores, pelos seguintes motivos: i) irregularidade dos processos de contratação pública e dos prazos de pagamento entre os subcontratantes, o que limita a previsibilidade dos fluxos de caixa, ii) exclusão de alguns investidores das atividades de defesa por razões de imagem e iii) possibilidades limitadas de saída dos ativos de defesa nos mercados de capitais europeus;

Or. en

Alteração 22
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que se estima que as necessidades de financiamento adicional para a BTIDE durante o período 2025-2030 sejam, pelo menos, de 30 a 40 mil milhões de EUR, incluindo 6 a 18 mil milhões de EUR em capital próprio;	G. Considerando que se estima que as necessidades de financiamento adicional para a BTIDE durante o período 2025-2030 sejam, pelo menos, de 30 a 40 mil milhões de EUR, incluindo ***um valor estimado de*** 6 a 18 mil milhões de EUR em capital próprio;

Or. en

Alteração 23
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*

H. Considerando que o setor da defesa carece de robustez e está estruturado em torno de grandes contratantes e de cadeias de subcontratação vulneráveis, ***o que limita*** a liquidez das pequenas empresas, que muitas vezes têm de financiar ***as suas necessidades de*** fundo de maneio com recursos a longo prazo;	H. Considerando que o setor da defesa carece de robustez e está estruturado em torno de grandes contratantes e de cadeias de subcontratação vulneráveis, ***limitando*** a liquidez das pequenas empresas, que muitas vezes têm de financiar ***o seu*** fundo de maneio com recursos a longo prazo; ***que tal dificulta o reforço do mercado único europeu da defesa;***

Or. en

Alteração 24
Michael Gahler

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que o setor da defesa carece de robustez e está estruturado em torno de grandes contratantes ***e de*** cadeias de subcontratação vulneráveis, o que limita a liquidez das pequenas empresas, que muitas vezes têm de financiar as suas necessidades de fundo de maneio com recursos a longo prazo;	H. Considerando que o setor da defesa carece de robustez e está estruturado em torno de grandes contratantes***,*** cadeias de subcontratação vulneráveis ***e cadeias de valor pan-europeias subdesenvolvidas***, o que limita a liquidez das pequenas empresas, que muitas vezes têm de financiar as suas necessidades de fundo de maneio com recursos a longo prazo;

Or. en

Alteração 25
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que o reforço das capacidades de defesa exige um verdadeiro mercado único da defesa da UE;

Or. en

Alteração 26
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que o BEI mobilizou quase mil milhões de EUR em 2024 para apoiar empréstimos de curto prazo a PME e tem como objetivo atingir 2 mil milhões de EUR em 2025; que, desde 2017, já disponibilizou 13 mil milhões de EUR para a defesa e que tenciona afetar um montante adicional de 6 mil milhões de EUR até 2027, ***alargando*** a sua ação a projetos de dupla utilização e desenvolvendo novos instrumentos financeiros;	I. Considerando que o BEI mobilizou quase mil milhões de EUR em 2024 para apoiar empréstimos de curto prazo a PME e tem como objetivo atingir 2 mil milhões de EUR em 2025; que, desde 2017, já disponibilizou 13 mil milhões de EUR para a defesa e que tenciona afetar um montante adicional de 6 mil milhões de EUR até 2027, ***tendo alargado*** a sua ação a projetos de dupla utilização e desenvolvendo novos instrumentos financeiros;

Or. en

Alteração 27
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
Considerando K-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-A. Considerando que a UE deve incentivar a transferência de tecnologia e as parcerias industriais com os países aliados mais avançados, assegurando que as tecnologias de defesa essenciais sejam produzidas e mantidas na União, reforçando assim a autonomia estratégica da Europa e reduzindo a dependência excessiva das importações; que a eficácia de um investimento acrescido no setor da defesa depende não só do volume das despesas, mas também da capacidade da

indústria europeia para expandir as capacidades de produção de material crítico, incluindo munições, sistemas de defesa aérea e tecnologias de guerra eletrónica; que, por conseguinte, o investimento deve dar prioridade à eliminação dos estrangulamentos industriais e à salvaguarda de cadeias de aprovisionamento;

Or. en

Alteração 28
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Considerando K-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-A. Considerando que é urgente aumentar os investimentos europeus relacionados com a defesa, nomeadamente para reforçar a resiliência e a segurança da Europa, apoiando, através do orçamento da União, o desenvolvimento e a implantação de tecnologias e capacidades de dupla utilização que fortaleçam a proteção das infraestruturas críticas contra ameaças híbridas, ciberataques e outros riscos para a estabilidade social e económica, complementando e estimulando simultaneamente o aumento das despesas de defesa dos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 29
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
Considerando K-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-A. Considerando que a defesa continua a ser da competência exclusiva dos Estados-Membros; que a Comissão não tem competência para orientar, comandar ou organizar as políticas nacionais de defesa, as operações militares ou o desenvolvimento de capacidades, e que o seu papel está e deve continuar a estar exclusivamente limitado à procura de soluções para questões industriais e financeiras;

Or. en

Alteração 30
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Considerando K-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-B. Considerando que cumpre alargar os programas de financiamento da União e, ao mesmo tempo, reconhecer plenamente a OTAN enquanto principal pilar da defesa coletiva da Europa, em estreita cooperação com os órgãos e as políticas pertinentes da OTAN; que a União deve reforçar o seu papel na resiliência, no apoio à indústria da defesa e no contributo para a segurança dos Estados-Membros, em plena coordenação com a OTAN; que, em resposta à agressão e às ameaças híbridas da Rússia, é essencial uma cooperação mais forte e mais estreita com a OTAN, os seus membros e parceiros de confiança — especialmente em matéria de investigação no domínio da defesa, desenvolvimento de capacidades e mobilidade militar —, a fim de evitar duplicações, melhorar a interoperabilidade e reforçar uma resposta transatlântica unida em matéria de segurança;

Or. en

Alteração 31
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
Considerando K-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-B. Considerando que a Comissão decidiu invocar o artigo 122.º do TFUE para estabelecer unilateralmente o regulamento relativo ao Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (Regulamento SAFE), contornando assim o processo legislativo ordinário e privando o Parlamento Europeu das suas prerrogativas de colegislador; que a Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu aprovou uma resolução não vinculativa que contesta o cumprimento dos requisitos de urgência necessários para recorrer ao artigo 122.º; que, em 20 de agosto, o Parlamento Europeu interpôs no Tribunal de Justiça da União Europeia um recurso de anulação do Regulamento SAFE;

Or. en

Alteração 32
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
Considerando K-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	K-C. Considerando que a carga regulamentar aumentou significativamente durante o primeiro mandato da Comissão von der Leyen, nomeadamente em resultado do Pacto Ecológico Europeu; que o excesso de

	regulamentação é contraproducente para a competitividade da indústria de defesa europeia, que apela a uma redução urgente dos encargos administrativos desnecessários e da burocracia;

Or. en

Alteração 33
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
Subtítulo 2

Proposta de resolução	*Alteração*
Apoiar ***e orientar melhor*** o investimento público dos Estados-Membros na defesa	Apoiar o investimento público dos Estados-Membros na defesa ***tendo em conta as especificidades nacionais***

Or. en

Alteração 34
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º -1 (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	-1. Declara que as grandes mudanças geopolíticas, agravadas pelo regresso de guerras em grande escala na nossa vizinhança, ameaçaram e continuam a ameaçar a segurança da UE e dos seus cidadãos, que a manutenção do «statu quo» não é uma opção e que, para fazer face às ameaças, a UE e os seus Estados-Membros devem fazer da cooperação a nível da UE, das suas forças armadas e da sua indústria de defesa a norma, a fim de criar uma união de defesa da UE baseada em capacidades que possa superar as ameaças e os

ataques contra a segurança da UE;

Or. en

Alteração 35
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º -1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	-1-A. Lamenta a relutância do Conselho e dos Estados-Membros da UE em enfrentar os desafios estruturais profundos do panorama industrial europeu no domínio da defesa e a falta de ambição no que diz respeito à cooperação entre as suas forças armadas a nível da UE; insta os Estados-Membros a unirem forças e a apoiarem um aceleramento significativo, para estabelecer um quadro muito ambicioso e abrangente em matéria de defesa;

Or. en

Alteração 36
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º -1-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	-1-B. Considera, por conseguinte, que chegou o momento de renovar a ambição política de agir e transformar a UE num verdadeiro garante da segurança, aumentar a prontidão da UE em matéria de defesa e construir uma verdadeira União Europeia da Defesa;

Or. en

Alteração 37
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades; ***sublinha, no entanto, que os investimentos previstos devem colmatar a falta de cooperação e coordenação entre os Estados-Membros, em especial medidas que assegurem a plena interoperabilidade e tornem a contratação conjunta a norma; apoia firmemente a ideia de fazer da cooperação a nível da UE a regra no setor industrial da defesa europeia e de alinhar o plano Prontidão 2030 com objetivos numéricos concretos para a cooperação, tal como apresentados na Estratégia Industrial de Defesa Europeia (EIDEUR), que se centram, em especial, na contratação conjunta (pelo menos 40 % até 2030), no comércio intra-UE (pelo menos 35 % até 2030) e na aquisição de produtos de defesa fabricados na UE (pelo menos 50 % até 2030 e 60 % até 2035);***

Or. en

Alteração 38
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades; ***manifesta-se preocupado com eventuais abusos da regra estabelecida na Haia, em 25 de junho de 2025, relativa à afetação de 1,5 % do PIB a infraestruturas militares críticas; salienta que os fundos no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» não devem ser utilizados de forma abusiva para financiar infraestruturas civis falsamente designadas como críticas para a defesa;***

Or. en

Alteração 39
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar

as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades; ***louva os Estados-Membros que, ao longo de um período prolongado, afetaram sistematicamente à defesa mais do que os 3 % do PIB exigidos, em particular a Polónia, a Estónia, a Letónia e a Grécia;***

Or. en

Alteração 40
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; ***incentiva*** cada Estado-Membro a ***publicar*** uma visão estratégica ***detalhada*** das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus ***objetivos*** em termos de capacidades;	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; ***insta*** cada Estado-Membro a ***elaborar*** uma visão estratégica das suas despesas militares até 2030***, fazendo uma distinção clara entre as capacidades de defesa tangíveis («hard defence») e as infraestruturas de dupla utilização***, incluindo os seus ***marcos*** em termos de capacidades***, as métricas de constituição de reservas, os valores relativos à participação das PME e uma percentagem-alvo para a aquisição conjunta***;

Or. en

Alteração 41
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. ***Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27*** Estados-Membros ***terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar*** as suas despesas de defesa ***para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030***; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	1. ***Insta os*** Estados-Membros ***a garantirem que*** as suas despesas de defesa ***são suficientes para colmatar as suas lacunas de capacidade e restabelecer a dissuasão, bem como a prestarem um apoio adequado à Ucrânia***; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades; ***recorda que, para se manterem preparados para ameaças novas e emergentes, os Estados-Membros devem atualizar os seus objetivos em termos de capacidades e as suas doutrinas militares;***

Or. en

Alteração 42
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem ***aumentar*** as suas despesas de defesa ***para, pelo menos,*** 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem ***incrementar*** as suas despesas de defesa ***em consonância com a projeção da Comissão de aproximadamente*** 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a publicar uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de

capacidades;

Or. en

Alteração 43
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a ***publicar*** uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;	1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, até ao final de julho de 2025, apesar dos objetivos do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», apenas dez dos 27 Estados-Membros terem anunciado de forma inequívoca que pretendem aumentar as suas despesas de defesa para, pelo menos, 3 % do seu PIB até 2030; incentiva cada Estado-Membro a ***redigir*** uma visão estratégica detalhada das suas despesas militares até 2030, incluindo os seus objetivos em termos de capacidades;

Or. en

Alteração 44
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Insta a União e os Estados-Membros a adotarem uma abordagem abrangente em matéria de defesa, que reconheça que a segurança vai além dos meios militares e abrange a defesa contra ameaças híbridas; salienta que, à falta de resposta às vulnerabilidades que comprometem a

confiança dos cidadãos nas instituições e na democracia, a União ficará exposta a instabilidade e fragilidade, não obstante a sua força militar; insta ao desenvolvimento de planos de investimento no setor da defesa que também reforcem a coesão social entre as regiões e os Estados-Membros e no seu seio;

Or. en

Alteração 45
Michał Szczerba

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Reconhece a grave deterioração do contexto de segurança da União, de que decorrem ameaças crescentes para as fronteiras externas da União e, consequentemente, a necessidade de acelerar, num espírito de solidariedade, a prestação de apoio financeiro da União, em particular aos Estados-Membros mais expostos a ameaças militares convencionais;

Or. en

Alteração 46
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Solicita um financiamento específico para um corredor mar Negro — mar Báltico de dupla utilização e dotado de plataformas logísticas e

depósitos de combustível pré-posicionados;

Or. en

Alteração 47
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» ***destinadas a proporcionar aos*** Estados-Membros ***uma maior flexibilidade orçamental, em particular*** o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, ***que exclui a consulta do*** Parlamento, ***impedindo*** assim ***o*** acompanhamento e ***o*** controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo ***às*** outras ***vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»***, bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»***; lamenta que esse plano assente principalmente em despesas nacionais; salienta que, não obstante a flexibilidade temporária ao abrigo das regras de governação económica, vários*** Estados-Membros ***continuarão a não ter capacidade orçamental suficiente para satisfazer as exigências; insta assim a uma abordagem europeia coordenada, assente numa verdadeira solidariedade e que garanta que nenhum Estado-Membro seja incapaz de responder eficazmente às prioridades comuns; insta os Estados-Membros a atribuírem funções de coordenação proeminentes à Comissão e à Agência Europeia de Defesa nos novos instrumentos de financiamento, que devem estar associados a um programa completo para a defesa, nomeadamente contra ataques híbridos, que garanta que o planeamento, o desenvolvimento, a aquisição, a gestão e a implantação das capacidades sejam realizados em conjunto, ou, quando muito, em grupos de um número considerável de Estados-Membros e, frequentemente, com a Comissão e a Agência Europeia de Defesa a agirem em seu nome; congratula-se com*** o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da

Europa» ***e assinala o elevado interesse por parte dos Estados-Membros, cujos pedidos ultrapassaram o montante disponível***; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, ***privando o*** Parlamento ***do seu papel de colegislador***, ***impedindo-o*** assim ***de proceder ao*** acompanhamento e ***ao*** controlo dos fundos***, conforme lhe competia enquanto autoridade orçamental,*** e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo ***a quaisquer*** outras ***iniciativas relacionadas com a indústria da defesa***, bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;

Or. en

Alteração 48
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa» ***(SAFE); congratula-se com o facto de 18 Estados-Membros já terem manifestado o seu interesse em recorrer a empréstimos SAFE***; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; ***sublinha que, em consonância com o artigo 314.º do***

financiamento da defesa;

TFUE, o Parlamento Europeu exerce uma função de controlo orçamental, pelo que solicita ***firmemente*** à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões ***futuras*** relacionadas com o financiamento da defesa; ***sublinha veementemente, ao mesmo tempo, a necessidade de executar imediatamente o instrumento SAFE e de conceder os empréstimos em tempo útil; considera indispensável que os projetos ao abrigo do instrumento SAFE reflitam as prioridades da UE em matéria de capacidades, tal como identificadas no Livro Branco sobre o futuro da defesa na Europa e no Plano de Desenvolvimento de Capacidades;***

Or. en

Alteração 49
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. ***Congratula-se com as*** propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; ***lamenta***, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento***, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros***; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a	2. ***Toma nota das*** propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; ***manifesta preocupação***, no entanto***, com a possibilidade de os critérios de acesso ao «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa» (SAFE) criarem desvantagens estruturais para determinados Estados-Membros cujas recentes aquisições em grande escala no domínio da defesa dependem de plataformas e componentes provenientes de países terceiros; assinala que, não***

outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;	***obstante o seu contributo significativo para a segurança europeia***, ***os critérios são suscetíveis de acarretar desvantagens para os Estados-Membros mais fortemente investidos em esforços de rearmamento imediato; lamenta*** que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;
	Or. en

Alteração 50
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa; ***insta a Comissão a revogar a invocação do artigo 122.º do TFUE como base para o instrumento SAFE e a apresentar novamente o***

instrumento ao abrigo de uma base adequada do Tratado, assegurando a aplicação do processo legislativo ordinário e a plena participação do Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 51
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa; ***considera, no entanto, que estas medidas são insuficientes para satisfazer as necessidades de financiamento identificadas no relatório de Mario Draghi, e que será necessário um enorme esforço de investimento adicional para permitir que a União Europeia alcance a sua autonomia estratégica;***

Or. en

Alteração 52
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa;	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento, impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa; ***reitera que, ao abrigo dos Tratados, a Comissão não tem prerrogativas no domínio da política de defesa e o seu papel está e deve continuar a estar exclusivamente limitado à procura de soluções para questões industriais e financeiras;***

Or. en

Alteração 53
Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*

2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a ***proporcionar aos Estados-Membros uma maior flexibilidade orçamental, em particular o mecanismo de crédito no valor de 150 mil milhões de EUR*** do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»***; lamenta, no entanto, que a Comissão tenha baseado este instrumento no artigo 122.º do TFUE, que exclui a consulta do Parlamento***, ***impedindo assim o acompanhamento e o controlo dos fundos e criando o risco de aumentar as disparidades*** entre os Estados-Membros; solicita à Comissão que ***deixe de aplicar este artigo às outras vertentes do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», bem como a outras questões relacionadas com o financiamento da defesa***;	2. Congratula-se com as propostas do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» destinadas a ***incentivar um aumento das despesas de defesa e a reforçar a BTIDE; sublinha, no entanto, que essas medidas não devem basear-se em mecanismos de crédito como o quadro*** do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»***, no valor de 150 mil milhões de EUR***, ***pois tal criaria responsabilidades partilhadas*** entre os Estados-Membros; ***salienta que o financiamento deve, ao invés, basear-se num acesso facilitado ao capital privado, às contribuições nacionais, às margens orçamentais existentes ou a mecanismos alternativos respeitadores da responsabilidade orçamental;*** solicita à Comissão que***, para o efeito, incentive aquisições plurianuais em bloco, a fim de reduzir os custos unitários e o número de sistemas de armas atualmente em uso na UE***;
	Or. en

Alteração 54
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Salienta que para ser eficiente do ponto de vista financeiro e colmatar lacunas relativas a capacidades demasiado complexas ou dispendiosas para serem operadas por um único Estado-Membro, contribuindo simultaneamente para os objetivos de normalização e interoperabilidade, o «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa» deve ser, antes de mais, um veículo para a aquisição, a manutenção e a operação conjuntas de facilitadores estratégicos, especialmente os que

fornecem serviços de informação, vigilância e reconhecimento; salienta que, tal como proposto no Programa da Indústria de Defesa Europeia (PIDEUR), essas capacidades podem ser incentivadas ao longo de todo o seu ciclo de vida, através da Estrutura para Programas de Armamento Europeus (EPAE); considera que o método mais eficaz seria a agregação, pela Comissão Europeia, da procura dos Estados-Membros, com a subsequente criação de encomendas conjuntas; reitera que este instrumento deve estar plenamente alinhado com os objetivos de cooperação a nível da UE estabelecidos na EIDEUR;

Or. en

Alteração 55
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Insiste em que todos os instrumentos financeiros e pacotes de despesas relacionados com a defesa, incluindo os propostos no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», devem ser sujeitos ao controlo e escrutínio democrático completos do Parlamento Europeu, rejeitando quaisquer tentativas de utilizar o artigo 122.º do TFUE ou mecanismos semelhantes para contornar o controlo parlamentar; insta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem que todos os programas no âmbito do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» coloquem a tónica nas capacidades defensivas, incluindo a defesa aérea e antimísseis integrada, os sistemas anti-UAS, a ciber-resiliência e a proteção das infraestruturas de transportes e de energia, de modo a reforçar a dissuasão

sem alimentar corridas ao armamento ofensivo;

Or. en

Alteração 56
Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Reitera que a solução não passa pelo simples aumento dos orçamentos de defesa nacionais, caso tal não seja acompanhado de uma maior coordenação e ação conjunta a nível europeu; lamenta que o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030» não contenha uma cláusula de preferência europeia forte, especialmente no que diz respeito ao instrumento SAFE, que reforçaria a BTIDE, criaria novos postos de trabalho na Europa, aumentaria a interoperabilidade e a permutabilidade dos produtos de defesa na União e reduziria as nossas dependências em relação a países terceiros; insta, a este respeito, a Comissão e os Estados-Membros a dotarem o PIDEUR de um orçamento adequado, em conformidade com a posição adotada pelo Parlamento;

Or. en

Alteração 57
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Sublinha que a Roménia acolherá

a maior base militar da OTAN na Europa[1-A], o que realça ainda mais a importância estratégica da região oriental; salienta, por conseguinte, a necessidade de a União Europeia dar prioridade a e financiar projetos de mobilidade de dupla utilização na Roménia e nos Estados-Membros vizinhos, a fim de assegurar que esta base esteja plenamente operacional, acessível e integrada em planos europeus mais amplos de prontidão em matéria de defesa;

1-A

https://balkaninsight.com/2024/03/21/romania-to-host-largest-nato-military-base-in-europe/.

Or. en

Alteração 58
Merja Kyllönen

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Assinala que os aumentos e as metas não são as únicas formas de incrementar as capacidades de defesa europeias e que as despesas devem ser afetadas de uma forma que reforce efetivamente a dissuasão europeia, o que exige a canalização de recursos suficientes para o material de defesa;

Or. en

Alteração 59
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Recorda a importância de assegurar um amplo apoio ao investimento público na defesa e, por conseguinte, a necessidade de uma distribuição equitativa dos custos; destaca, a este respeito, o papel da tributação, incluindo dos lucros inesperados;

Or. en

Alteração 60
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 2-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-B. Salienta a importância estratégica do mar Negro enquanto elo de ligação crítico entre a Europa, o Sul do Cáucaso, a Ásia Central e o Mediterrâneo Oriental, e destaca o seu litoral como ponto de acesso fundamental para as forças da OTAN; salienta ainda que a expansão da base Mihail Kogălniceanu reflete a evolução do ambiente de segurança na Europa Oriental e que esta base servirá de plataforma operacional vital para a presença da OTAN na região; insta a União Europeia a dar prioridade a investimentos, em conformidade com a Estratégia da UE para o mar Negro, com vista a desenvolver o mar Negro enquanto polo de segurança e de interconectividade, plenamente integrado através de corredores de transporte marítimo, ferroviário e terrestre de dupla utilização;

Or. en

Alteração 61
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 2-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-C. Sublinha que, dada a necessidade contínua de investimentos consideráveis na mobilidade militar, há que dar prioridade ao reforço das reservas estratégicas e das reservas para prontidão nos Estados-Membros orientais que fazem fronteira com a Ucrânia;

Or. en

Alteração 62
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 2-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-D. Insta à criação de um Escudo da Fronteira Oriental na Roménia, a fim de reforçar a gestão das fronteiras, as infraestruturas de vigilância e as defesas contra ameaças híbridas ao longo da fronteira UE-Ucrânia;

Or. en

Alteração 63
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da	3. Congratula-se com as propostas da

Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***o reforço da preferência*** europeia ***através do aumento dos*** critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da ***fixação de*** um limiar ***mínimo*** de 70 % ***do*** valor estimado dos ***produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados***;	Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***uma maior ambição*** europeia ***no que toca aos*** critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da ***transição para*** um limiar de 70 % ***de quota da UE no*** valor estimado dos ***componentes de um produto financiado ao abrigo do SAFE; sublinha a necessidade de um forte aumento dessa ambição, à luz dos objetivos definidos na Estratégia Industrial de Defesa Europeia (EIDEUR), reconhecendo simultaneamente a necessidade de uma parceria transatlântica forte como base para a defesa europeia***; ***manifesta preocupação com o anúncio de um aumento substancial da aquisição de produtos de defesa aos Estados Unidos, uma vez que, além de contrariar a ambição definida na EIDEUR, tal causa, no que se refere à BTIDE, incertezas passíveis de conduzir a uma relutância em expandir os investimentos no reforço das capacidades; insta a uma parceria industrial transatlântica no domínio da defesa, com base em condições de concorrência equitativas que beneficiem ambas as partes através da concorrência e de economias de escala;***
	Or. en

Alteração 64
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm***	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***que se tenha em devida conta as consideráveis diferenças entre as indústrias de defesa dos***

Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes ***europeias ou*** de países associados;	***Estados-Membros, incluindo em termos de estruturas de propriedade, níveis de desenvolvimento tecnológico e dependência de fornecedores e*** componentes de países ***aliados terceiros e não*** associados***, sem esquecer as diferentes especificidades da sua produção no setor da defesa, de modo a assegurar uma abordagem justa e inclusiva para as futuras iniciativas de aquisições de defesa e outros instrumentos da União destinados a reforçar as capacidades de defesa e a apoiar a base industrial de defesa europeia, salvaguardando simultaneamente a autonomia dos Estados-Membros neste domínio***;

Or. en

Alteração 65
Alexandr Vondra

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa***;*** solicita ***o reforço da*** preferência europeia ***através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular*** através da fixação de um limiar mínimo ***de 70 %*** do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa ***e*** solicita ***uma ambição ainda maior no que toca à aceleração dos processos; salienta que cumpre reforçar a*** preferência europeia***, sem limitar a cooperação internacional (como as parcerias estratégicas com parceiros situados fora da UE ou dos países associados),*** através da fixação de um limiar mínimo do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados***, evitando perturbações de cadeias de aprovisionamento estabelecidas e funcionais e o enfraquecimento da competitividade dos fabricantes europeus***;

Or. en

Alteração 66
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados; ***salienta que as regras de adjudicação e de participação devem ser proporcionadas e favoráveis às PME, assegurando a igualdade de acesso entre as empresas em fase de arranque e os fornecedores de menor dimensão e, por outro lado, os contratantes de grande dimensão, e evitando encargos administrativos que desencorajem a participação das PME;***

Or. en

Alteração 67
Željana Zovko

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa;

solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», ***em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 %*** do valor ***estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados***;	solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»***; solicita a introdução de uma prestação obrigatória mínima de 20 %*** do valor ***do projeto através da participação das PME na cadeia de aprovisionamento, dos quais pelo menos 75 % devem corresponder a um requisito de incorporação europeia em cada projeto de defesa financiado pela UE***;
	Or. en

Alteração 68
Salvatore De Meo

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados; ***apela ao reforço da resiliência europeia nas cadeias de abastecimento, promovendo normas comuns e cadeias de valor mistas que reduzam as dependências críticas e assegurem a pluralidade de operadores;***
	Or. it

Alteração 69
Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados; ***sublinha que países terceiros que ameacem diretamente a soberania dos Estados-Membros da UE e ocupem parte do seu território não podem participar em projetos de defesa da UE;***

Or. en

Alteração 70
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados***, alinhando assim os critérios de elegibilidade com os estabelecidos no mandato do Parlamento Europeu relativo ao PIDEUR***;

Or. en

Alteração 71
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de ***70 %*** do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para ***simplificar,*** facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia***, com base na aplicação rigorosa do critério da autoridade por defeito, e*** através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de ***65 %*** do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;

Or. en

Alteração 72
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; ***solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes***	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; ***destaca a importância de avançar no sentido de uma maior integração das aquisições de defesa, a fim de reduzir a fragmentação, poupar custos e aumentar a eficiência, promover a interoperabilidade e a permutabilidade e impulsionar a competitividade da BITDE***;

europeias ou de países associados;

Or. en

Alteração 73
Riho Terras

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***o reforço*** da preferência europeia ***através do aumento dos*** critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de ***70 %*** do ***valor*** estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita ***a manutenção*** da preferência europeia ***recorrendo aos*** critérios de elegibilidade do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de ***60 %*** do ***custo*** estimado ***das componentes*** dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados;

Or. en

Alteração 74
Michał Szczerba, Rasa Juknevičienė

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade ***do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes***	3. Congratula-se com as propostas da Comissão para facilitar e acelerar os contratos públicos no setor da defesa; solicita o reforço da preferência europeia através do aumento ***gradual*** dos critérios de elegibilidade ***de futuras iniciativas no domínio da defesa, tendo simultaneamente em conta o grau variável de desenvolvimento da BITDE em toda a União, bem como as***

europeias ou de países associados;	***necessidades operacionais dos Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 75
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Salienta que as capacidades e os recursos devem ser aumentados e que a fragmentação do mercado da defesa deve ser ultrapassada através da criação de um mercado único da defesa, no qual se apliquem regras comuns vinculativas que garantam uma concorrência leal e a plena interoperabilidade dos produtos de defesa; subscreve a opinião expressa no relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade europeia de que a UE deve impulsionar urgentemente a competitividade no setor por vários meios, como fusões (inspiradas nas melhores práticas, como a da Airbus) e uma maior concorrência entre empresas de defesa tradicionalmente enraizadas a nível nacional, e decidir sobre incentivos dirigidos à indústria de defesa da UE para investimentos públicos e privados suficientemente grandes em segurança e defesa;

Or. en

Alteração 76
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Solicita o reforço da preferência europeia através do aumento dos critérios de elegibilidade dos investimentos no setor da defesa financiados pelo orçamento da UE, em particular através da fixação de um limiar mínimo de 70 % do valor estimado dos produtos financiados provenientes de componentes europeias ou de países associados; recorda a importância de uma preferência europeia no investimento público na defesa, a fim de encorajar os intervenientes privados a aumentarem os seus orçamentos de investigação e desenvolvimento, proporcionando-lhes uma menor incerteza do mercado e garantias de competitividade futura dos investimentos;

Or. en

Alteração 77
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Insta ao apoio à criação de polos regionais de fabrico de drones com infraestruturas partilhadas e ao abrigo de procedimentos de autorização acelerados, em particular entre os Estados da linha da frente, bem como ao desenvolvimento de sistemas antidrones, dando especial atenção às necessidades dos países do flanco oriental da UE, que estão particularmente expostos a ameaças convencionais e híbridas por parte de intervenientes estatais hostis, como a Rússia e a Bielorrússia, bem como por outros regimes autoritários que os apoiam, incluindo o Irão e a Coreia do Norte;

Or. en

Alteração 78
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Sublinha que a indústria de defesa da UE necessita de uma procura previsível e plurianual e de requisitos comuns para proporcionar celeridade, escala e valor; salienta que a interoperabilidade e a normalização devem ser incorporadas, desde o início, nas aquisições e investimentos no setor da defesa na União, através de ensaios e certificações conjuntos e da aceitação transfronteiriça, a fim de travar a proliferação de variantes e a fragmentação do mercado, em consonância com o disposto nos relatórios Draghi, Letta e Niinistö;

Or. en

Alteração 79
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Incentiva os Estados-Membros a complementarem os seus compromissos orçamentais com perspetivas transparentes, a médio prazo, de investimento no setor da defesa, abrangendo os objetivos em termos de capacidades, os calendários da adjudicação de contratos e a parte das

despesas afetada aos programas de cooperação; convida a AED a compilar estas perspetivas nacionais numa panorâmica comparativa anual, a fim de facilitar a coordenação e destacar oportunidades de projetos conjuntos;

Or. en

Alteração 80
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	***3-A. Solicita a harmonização dos procedimentos, em particular em domínios como as alfândegas, e sublinha a necessidade urgente de simplificar e racionalizar a regulamentação; salienta que a UE e os seus Estados-Membros devem garantir o acesso prioritário das forças armadas às instalações, redes e meios de transporte, nomeadamente no contexto da segurança marítima;**

Or. en

Alteração 81
Michał Szczerba

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	***3-A. Salienta a necessidade de construir um verdadeiro mercado da defesa à escala da UE, simplificando e harmonizando as regras, de modo a alcançar uma melhor relação custo-eficácia e uma competitividade acrescida da indústria de defesa europeia,**

bem como um melhor acesso ao equipamento de defesa em toda a União;

Or. en

Alteração 82
Salvatore De Meo

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Sublinha que a agregação da procura e a aquisição conjunta devem basear-se na normalização dos requisitos operacionais e técnicos, nomeadamente com vista a garantir um regime de concorrência aberta entre as indústrias europeias;

Or. it

Alteração 83
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Insta a Comissão e o Conselho a enfrentarem o duplo desafio da produção conjunta de equipamento militar e da sua utilização eficaz em todos os Estados-Membros; apela a uma estratégia abrangente para garantir uma maior interoperabilidade através da promoção de normas civis e militares consensuais, como os acordos de normalização da OTAN, no âmbito de programas industriais de defesa da UE como o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»; exige um compromisso no sentido de

condicionar o financiamento dos instrumentos atuais e futuros à normalização e à convergência dos processos de certificação usados pelos Estados membros da OTAN e de tornar as normas atuais mais precisas; insta a Comissão a apresentar planos concretos para superar os obstáculos à interoperabilidade e a assegurar a utilização eficiente do equipamento produzido em conjunto por todos os Estados-Membros participantes;

Or. en

Alteração 84
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Observa que subsistem sérios obstáculos ao comércio intra-UE de produtos de defesa; sublinha que, apesar de estarem previstas despesas de defesa adicionais num valor de aproximadamente dois biliões de EUR até 2031, existem obstáculos no que toca a componentes essenciais para a defesa e entraves administrativos em matéria de licenciamento e autorizações, que dificultam a adjudicação de contratos, aumentam os custos, desviam as aquisições para fornecedores de países terceiros e atrasam as entregas entre os Estados-Membros; congratula-se, a este respeito, com a proposta da Comissão relativa a um pacote de simplificação «omnibus» para a defesa, que visa racionalizar as transferências e as aquisições, e insta os colegisladores a darem prioridade à sua adoção e aplicação efetiva, a fim de promover um verdadeiro mercado único da defesa em

apoio do reforço das capacidades de defesa da União;

Or. en

Alteração 85
Michał Szczerba

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Salienta a importância fundamental do projeto «Escudo da Fronteira Oriental», um empreendimento estratégico destinado a reforçar a segurança da Europa; regista a sua inclusão no Livro Branco sobre a preparação da defesa europeia 2030 e insta à afetação de recursos financeiros adequados para assegurar a sua aplicação;

Or. en

Alteração 86
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Lamenta que apenas 12 dos 27 Estados-Membros tenham comunicado os respetivos dados sobre a aquisição colaborativa de equipamento da UE, impossibilitando assim quer uma análise exaustiva dessa aquisição quer uma avaliação adequada do panorama de defesa da UE neste domínio;

Or. en

Alteração 87
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Solicita à Comissão e aos Estados-Membros que, como parte integrante da garantia de prontidão, preparem procedimentos de emergência para projetos criados em resposta a crises graves ou guerras, incluindo uma afetação mais rápida de fundos públicos e de capital privado;

Or. en

Alteração 88
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Insta ao financiamento de polos de I&D centrados na propulsão de drones, na IA e em ligações C2 reforçadas, dando prioridade ao potencial de dupla utilização, a fim de maximizar os benefícios indiretos;

Or. en

Alteração 89
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-C. Defende a criação de um orçamento específico e flexível para os sistemas de aeronaves não tripuladas (UAS) que abranja todo o ciclo de vida das capacidades, com requisitos e dotações adaptáveis para acelerar a aquisição e a colocação no terreno; insta a que o financiamento específico dos UAS fique subordinado a grandes categorias alinhadas por missões, a fim de permitir a rápida resolução de problemas e apoiar a inovação comercial; solicita ainda a criação de uma via de aquisição específica para os UAS, incluindo a aquisição de sistemas avançados prontos a utilizar, a fim de contornar os processos de aquisição plurianuais convencionais; insta a que se garanta o desenvolvimento sustentado, em toda a União, das competências de defesa e das infraestruturas de formação relacionadas com os drones;

Or. en

Alteração 90
Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
N.º 3-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-C. Salienta que, comparativamente com os concorrentes a nível mundial, a I&D no domínio da defesa na UE continua a representar uma parte modesta das despesas totais, apesar de ter aumentado para 13 mil milhões de EUR em 2024; insta a Comissão a consagrar uma maior parte do Fundo Europeu de Defesa e dos instrumentos conexos a tecnologias disruptivas e de dupla utilização (tecnologias de IA, cibernéticas, de computação quântica e espaciais),

salvaguardando a redimensionabilidade dos resultados tendo em vista a utilização operacional; sublinha que cumpre reforçar as sinergias com programas civis de inovação, como o Horizonte Europa e o Conselho Europeu da Inovação, a fim de maximizar o impacto e evitar duplicações;

Or. en

Alteração 91
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-D. Insta ao alargamento das oportunidades de financiamento dos fundos europeus, nomeadamente através do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras, para apoiar a preparação, através de obras de engenharia, das zonas fronteiriças em países (com especial destaque para os Estados-Membros situados na parte oriental da União Europeia) ameaçados por atividades híbridas e por agressões armadas convencionais levadas a cabo por países terceiros; sublinha, neste contexto, que a iniciativa «Escudo da Fronteira Oriental» constitui um projeto emblemático para reforçar a segurança e a resiliência da fronteira oriental da União e insta a que o projeto receba um financiamento adequado através de instrumentos da União, dado tratar-se de um elemento fundamental da postura global da União em matéria de defesa;

Or. en

Alteração 92

Hélder Sousa Silva

Proposta de resolução
N.º 3-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-D. Manifesta a sua preocupação pelo facto de o número de efetivos ter aumentado apenas 1 % em 2024; lembra que um investimento acrescido pode criar lacunas de capacidade na operação e manutenção de novos equipamentos, caso não seja acompanhado de um aumento do recrutamento; insta os Estados-Membros a darem prioridade às políticas de recrutamento e retenção, incluindo programas de intercâmbio e de formação apoiados pela UE, a fim de assegurar que o aumento das despesas se traduza numa verdadeira prontidão operacional;

Or. en

Alteração 93
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 3-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-E. Sublinha a importância de reforçar a produção interna de componentes críticas, nomeadamente:
	a) Apoiando a criação de instalações de produção de motores de corrente contínua sem escovas, baterias de iões de lítio, semicondutores e sensores eletro-óticos, designadamente através de parcerias público-privadas;
	b) Ponderando o recurso a subvenções e a incentivos fiscais para encorajar as empresas a localizar a produção na União;

c) Analisando de que forma as iniciativas existentes da União, como o Regulamento Circuitos Integrados, podem ter mais em conta as aplicações de defesa na atribuição de financiamento estratégico para semicondutores;

Or. en

Alteração 94
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Insta a Comissão a dar prioridade ao financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento com um potencial de dupla utilização claro e demonstrável, assegurando que o investimento público na defesa contribua para o crescimento económico civil e para uma economia mais resiliente e orientada para a inovação;

Or. en

Alteração 95
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos;	4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos; ***recorda a***

	natureza específica do setor da defesa e considera que o futuro Fundo Europeu de Competitividade, conforme previsto no projeto de QFP da Comissão Europeia para o período 2028-2034, deve manter todos os critérios e procedimentos dos instrumentos de financiamento da indústria europeia da defesa, em particular os critérios relativos ao Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e ao futuro PIDEUR;

Or. en

Alteração 96
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos;	4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos; ***salienta que a defesa e o espaço são prioridades essenciais que, em vez de serem tratadas como apenas um elemento do Fundo Europeu de Competitividade, devem estar refletidas numa única rubrica orçamental específica, a fim de assegurar um financiamento adequado e transparente, bem como a capacidade do Parlamento Europeu para exercer um controlo orçamental adequado;***

Or. en

Alteração 97
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis

Maniatis

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. ***Insta a Comissão a consolidar e precisar a*** dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, ***e a explorar*** todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, ***nomeadamente*** através ***dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos***;	4. ***Congratula-se com a consolidação da*** dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, ***explorando*** todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, ***juntamente com outras prioridades sociais, incluindo*** através ***da criação, no QFP, de uma capacidade orçamental permanente adequada que permita à UE dar uma resposta apropriada a eventuais crises, nomeadamente de segurança***;

Or. en

Alteração 98
Andrey Novakov

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos;	4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa, ***incluindo no flanco oriental da OTAN e na região do mar Negro,*** nomeadamente através dos acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos;

Or. en

Alteração 99
Engin Eroglu

Proposta de resolução

N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa***,*** ***nomeadamente*** através dos ***acordos existentes, sem aumentar as suas contribuições e impostos***;	4. Insta a Comissão a consolidar e precisar a dotação para a defesa no âmbito do QFP 2028-2034, e a explorar todas as opções para apoiar os investimentos dos Estados-Membros no domínio da defesa ***que respeitem a responsabilidade orçamental e não dependam da emissão de empréstimos garantidos pela UE, designadamente*** através dos ***150 mil milhões de EUR do «Instrumento de Ação para a Segurança da Europa»***;

Or. en

Alteração 100
Michał Szczerba

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Salienta que o financiamento europeu não deve substituir, mas sim complementar os esforços que os Estados-Membros envidam para aumentar as suas despesas nacionais com a defesa; sublinha que os instrumentos da União visam proporcionar valor acrescentado através da promoção da cooperação, da interoperabilidade e da eficiência, não podendo, no entanto, substituir-se àquela que é a responsabilidade primordial dos Estados-Membros de assegurar um investimento adequado nas suas próprias capacidades de defesa;

Or. en

Alteração 101

Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Sublinha que a simplificação e a harmonização regulamentares devem contemplar as regras e os procedimentos de financiamento específicos do setor da defesa, bem como o impacto de políticas e regulamentação mais vastos da UE que, embora não centrados na defesa, impeçam que a base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE) responda com a máxima agilidade às atuais necessidades acrescidas;

Or. en

Alteração 102
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Sublinha a necessidade de preservar um equilíbrio justo entre o investimento da União na segurança e na defesa e as suas políticas de longa data para o desenvolvimento e a coesão, em particular a política agrícola comum e a política de coesão, e frisa que o aumento das despesas com a segurança e a defesa não deve ocorrer em detrimento destas políticas;

Or. en

Alteração 103
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Solicita uma avaliação exaustiva do impacto macroeconómico do aumento das despesas de defesa, com destaque para o seu potencial inflacionista; exorta a Comissão a apresentar uma estratégia de financiamento consolidada e transparente que evite a fragmentação e minimize o risco de espirais inflacionistas;

Or. en

Alteração 104
Salvatore De Meo

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Salienta a importância de a coordenação e a definição dos requisitos permanecerem nos organismos institucionais pertinentes;

Or. it

Alteração 105
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 4-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-B. Preconiza a rápida adoção do projeto de regulamento relativo ao PIDEUR, enquanto prioridade absoluta, já que tal abrirá caminho à integração da Ucrânia no mercado europeu de equipamentos de defesa através de um

Instrumento de Apoio à Ucrânia específico e da abertura das atividades do programa à participação da Ucrânia, em consonância com o que é proposto para o SAFE, ao abrigo das suas diferentes modalidades; sublinha que o PIDEUR deve adotar uma abordagem baseada no risco e dar prioridade ao reforço do flanco oriental da UE, desde os Estados bálticos até ao mar Negro;

Or. en

Alteração 106
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 4-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-C. Destaca a oportunidade de reforçar o serviço de inovação da UE no domínio da defesa em Kiev, para promover uma colaboração industrial mais profunda no domínio da defesa, permitindo à UE beneficiar da experiência da Ucrânia no campo de batalha e incentivar o investimento direto das empresas da UE no setor industrial da defesa ucraniano;

Or. en

Alteração 107
Cristian Terheş

Proposta de resolução
N.º 4-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-D. Solicita a criação de um fundo permanente de contratação plurianual a nível da UE, que vá além do PIDEUR, a

fim de fornecer sinais fiáveis de procura a longo prazo, assegurar um financiamento estável e reforçar a indústria de defesa e a capacidade de inovação da Europa;

Or. en

Alteração 108
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ***ao BEI*** que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», ***reforce o seu compromisso para com*** a indústria europeia da defesa; ***sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que*** a criação de um ***novo*** «banco de defesa, segurança e resiliência», tal ***como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da*** defesa ***europeia 2030***;	5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; ***recorda que o objetivo do BEI consiste em fomentar a integração europeia, promover o desenvolvimento da UE e apoiar as políticas da UE, em conformidade com o artigo 309.º do TFUE;*** solicita ***aos Estados-Membros*** que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», ***e enquanto partes integrantes de um dos órgãos diretores do BEI, adaptem o mandato do BEI a fim de reforçar a sua capacidade para apoiar*** a indústria europeia da defesa; ***afirma que as eventuais reservas quanto a um novo alargamento da política de empréstimos e dos critérios de admissibilidade do BEI ao equipamento militar, devido a um presumível risco de retirada de investidores que ponha em perigo a estabilidade financeira do BEI, requerem uma justificação exaustiva, uma vez que a consecução da prontidão em matéria de defesa da União e dos seus Estados-Membros é uma prioridade política da UE com implicações importantes para a independência política global da União; insta, por conseguinte, o BEI a efetuar e fornecer ao Parlamento Europeu uma avaliação exaustiva e quantitativa da política dos seus***

investidores em matéria de investimentos na defesa e do impacto de uma eventual retirada destes investimentos na estabilidade financeira do BEI, sem comprometer, se for caso disso, os acordos de confidencialidade com os seus investidores; rejeita firmemente a criação de um «banco de defesa, segurança e resiliência, ***pois*** tal ***banco representaria uma duplicação institucional desnecessária; manifesta sérias dúvidas quanto às perspetivas de êxito económico tendo em vista a obtenção de uma notação AAA para esse banco, atendendo à natureza fortemente política deste (pelo facto de se concentrar exclusivamente na*** defesa***), às dificuldades de financiamento da defesa decorrentes dos critérios ASG e aos riscos de investimento inerentes aos projetos no domínio da defesa, tendo em conta os atrasos que registam sistematicamente***;

Or. en

Alteração 109
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação	5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa***; assinala os progressos realizados no que toca ao alargamento dos seus critérios, embora considere que estes continuam a ser insuficientes face às necessidades e expectativas manifestadas pelas empresas de defesa europeias***; sugere que o seu mandato seja

de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;	formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030; ***considera que, independentemente da instituição encarregada de gerar instrumentos de financiamento — seja ela o BEI ou um banco «ad hoc» — e de financiar o desenvolvimento da BTIDE, a rapidez e a eficiência na mobilização de fundos devem prevalecer;***

Or. en

Alteração 110
Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Engin Eroglu, Nathalie Loiseau, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;	5. Lamenta que***, não obstante os reiterados apelos de mudança do Parlamento,*** a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições» ***e que, até à data, as intervenções deste tenham sido, em termos de celeridade, escala e apetite pelo risco, insuficientes para suprir necessidades prementes relacionadas com a prontidão em matéria de defesa***; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da

Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;

Or. en

Alteração 111
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. ***Lamenta que a política*** de investimento ***do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa***; ***sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica***, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; ***considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;***	5. ***Insta o Grupo BEI a analisar o impacto do alargamento da sua nova política em matéria de bens de dupla utilização e insiste que só devem ser realizados novos alargamentos dos empréstimos no setor se esses alargamentos não tiverem um impacto negativo nos custos gerais de financiamento do banco, na sua reserva*** de investimento ***ou no contributo para o financiamento do investimento necessário para permitir à UE alcançar os seus objetivos climáticos***, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos;

Or. en

Alteração 112
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa***; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa,*** segurança ***e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030***;	5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»***; recorda que a produção de munições, as armas de pequeno calibre, os sistemas de artilharia e outras armas convencionais são capacidades indispensáveis para assegurar a dissuasão e a defesa coletiva, conforme demonstrado pelas necessidades urgentes resultantes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia***; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa ***e reveja a suas orientações em matéria de investimento, de modo a permitir o financiamento de projetos legítimos relacionados com armas e munições que estejam em consonância com o direito internacional e com os interesses da União no que toca à*** segurança;

Or. en

Alteração 113
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. ***Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»;*** solicita ao BEI que***, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»,*** reforce o seu ***compromisso para com a indústria europeia da*** defesa***; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à*** BTIDE ***e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da***	5. Solicita ao BEI que reforce o seu ***apoio à base tecnológica e industrial de*** defesa ***europeia (***BTIDE***) mais ampla, financiando capacidades de produção, cadeias de aprovisionamento e infraestruturas de dupla utilização críticas que servem de base à resiliência civil e em matéria de*** defesa, ***como os recursos energéticos, os materiais avançados, a*** segurança ***digital e as infraestruturas de transporte ou de***

Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança ***e*** resiliência***», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030***;	***energia; salienta que esta abordagem tiraria partido dos conhecimentos especializados do BEI na área do financiamento sustentável e permitiria reforçar a base industrial da União e garantir que os investimentos contribuem tanto para a prontidão militar como para a*** resiliência ***económica mais ampla***;

Or. en

Alteração 114
Riho Terras

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura ***seria uma solução mais eficaz do que*** a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;	5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura ***complementaria*** a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;

Or. en

Alteração 115
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que ***o seu mandato seja formalmente alargado de modo a incluir o apoio à BTIDE e que, para o efeito, seja criada*** uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;	5. Lamenta que a política de investimento do BEI continue a excluir as «armas e munições»; solicita ao BEI que, em consonância com o plano «ReArm Europe/Prontidão 2030», reforce o seu compromisso para com a indústria europeia da defesa; sugere que ***se analise a possibilidade de criar*** uma filial específica, apoiada por garantias da Comissão e por uma rede de peritos***, destinada a apoiar a BTIDE***; considera que tal estrutura seria uma solução mais eficaz do que a criação de um novo «banco de defesa, segurança e resiliência», tal como proposto na resolução sobre o Livro Branco Conjunto — Preparação da defesa europeia 2030;

Or. en

Alteração 116
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Subscreve os apelos à criação de um banco de defesa, segurança e resiliência, que funcione como uma instituição de crédito multilateral destinada a conceder empréstimos de baixo juro e a longo prazo, para apoiar as prioridades em matéria de segurança nacional, como o rearmamento, a modernização da defesa, os esforços de reconstrução na Ucrânia e a reaquisição de infraestruturas críticas atualmente na posse de países hostis não pertencentes à UE;

Or. en

Alteração 117
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Rejeita o apelo ao financiamento de «armas e munições» pelo BEI, pois tal comprometeria a sua missão principal enquanto promotor de projetos sustentáveis e centrados na dimensão civil; insta a que, em vez disso, o BEI reforce o seu apoio a projetos de dupla utilização e infraestruturas civis críticas que reforcem indiretamente a segurança, como a ciber-resiliência, a independência energética e as redes de transportes;

Or. en

Alteração 118
Salvatore De Meo

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Afirma que o reforço da indústria de defesa europeia deve basear-se num modelo competitivo, que incentive a inovação, a eficiência em termos de custos e a participação de vários intervenientes, incluindo as PME, num ambiente competitivo;

Or. it

Alteração 119
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Reconhece que o banco de defesa, segurança e resiliência reflete um interesse partilhado das regiões euro-atlântica e indo-pacífica; reconhece que, no âmbito da nossa estratégia de defesa, os mercados de capitais euro-atlânticos são um ativo crítico e subutilizado que é essencial para a nossa resiliência coletiva, e incentiva a cooperação entre os Estados-Membros para reforçar ainda mais o poder de dissuasão dos mercados de capitais;

Or. en

Alteração 120
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-B. Considera que a melhor forma de abordar a interligação entre a defesa nacional, a segurança económica e a resiliência estratégica é através da criação de uma instituição de crédito multilateral especializada em empréstimos a longo prazo com juros baixos e com uma notação de crédito AAA, a fim de assegurar que as despesas nacionais com a defesa acautelam o risco de inflação no setor da defesa;

Or. en

Alteração 121
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-C. Considera que o financiamento através de participações privadas disponibilizado através do banco de defesa, segurança e resiliência é fundamental para acelerar os contratos públicos no setor da defesa e assegurar o investimento de capital em empresas especializadas em produtos de dupla utilização;

Or. en

Alteração 122
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-D. Compreende o papel fundamental que um banco de defesa, segurança e resiliência desempenhará para assegurar o financiamento e o crédito sustentáveis e a longo prazo necessários para aumentar a produção no setor da defesa e acelerar os processos de aquisição;

Or. en

Alteração 123
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-E. Reconhece a necessidade de contribuir para a transformação das PME

europeias em contratantes de grande dimensão; considera que o reforço das capacidades e a compreensão do financiamento do lado da oferta proporcionados pelo banco de defesa, segurança e resiliência são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo da BTIDE;

Or. en

Alteração 124
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 5-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-F. Reconhece que o banco de defesa, segurança e resiliência converte as despesas nacionais com a defesa em investimentos multilaterais, ajudando todos os Estados-Membros a satisfazer as nossas necessidades e obrigações coletivas em matéria de despesas de defesa;

Or. en

Alteração 125
Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a	6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, ***em especial as empresas em fase de arranque e as PME,*** adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura***, incentivando aquisições***

reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;

plurianuais em bloco, para proporcionar uma procura previsível à indústria e reduzir os custos unitários, e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio ***às empresas em fase de arranque e*** às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE; ***insta a Comissão Europeia a consagrar financiamento à criação de uma Universidade Europeia da Defesa, em cooperação com a indústria da defesa, a fim de aumentar o investimento em investigação e inovação, tendo em vista uma melhor integração da tecnologia moderna nos sistemas de armas existentes (com especial destaque para os veículos aéreos não tripulados, os veículos terrestres não tripulados, a IA e a cibersegurança) e o reforço da cooperação civil-militar;***

Or. en

Alteração 126
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;	6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando ***gradualmente*** os critérios de elegibilidade ***à luz da ambição estabelecida na Estratégia Industrial de Defesa Europeia***, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento

da UE; ***propõe o desenvolvimento de um instrumento de apoio ao investimento público e privado no setor da defesa, com base em garantias do orçamento da UE, seguindo o exemplo do InvestEU;***

Or. en

Alteração 127
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;	6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; ***realça a importância de ajustar os prazos e os requisitos desses fundos aos diferentes ciclos e ritmos de inovação dos diferentes tipos de domínios de capacidades;*** insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;

Or. en

Alteração 128
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar	6. Salienta a importância de melhorar

a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;	a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho***, prestando especial atenção às necessidades específicas, à escala e às capacidades administrativas das pequenas e médias empresas e das empresas em fase de arranque***; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;

Or. en

Alteração 129
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;	6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade e a coerência dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros ***e as regiões*** a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;

Or. en

Alteração 130
Michał Szczerba

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade ***e a coerência*** dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;	6. Salienta a importância de melhorar a acessibilidade dos fundos europeus de apoio ao investimento para as empresas da BTIDE, adaptando ***cuidadosamente*** os critérios de elegibilidade, simplificando os procedimentos de candidatura e harmonizando os objetivos dos programas de trabalho; insta os Estados-Membros a reforçar o papel das suas câmaras de comércio e indústria no apoio às PME da BITDE para a investigação e o acesso ao financiamento da UE;

Or. en

Alteração 131
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Sublinha a importância de desenvolver quadros de apoio abrangentes que permitam uma expansão mais rápida das PME ativas na indústria de defesa, prestando especial atenção à facilitação do acesso a capital de crescimento e ao apoio ao desenvolvimento, ao ensaio e à avaliação dos produtos; reconhece a importância de reforçar a capacidade das PME para se tornarem contratantes de grande dimensão, melhorando a sua capacidade para adquirir componentes, aperfeiçoar a engenharia de fabrico e integrar soluções de automatização avançada, a fim de aumentar a produção;

Or. en

Alteração 132
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Insta a Comissão a estabelecer quadros estruturados para a transferência de tecnologia e a celebrar acordos de produção conjunta com países avançados, assegurando que as tecnologias de ponta sejam rapidamente adaptadas, dimensionadas e fabricadas na UE, reforçando tanto a base tecnológica da Europa como a sua capacidade de aprovisionamento de parceiros;

Or. en

Alteração 133
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Reconhece que o recurso da Rússia ao mercado de obrigações da China para satisfazer as suas necessidades em matéria de despesas de defesa constitui um motivo de preocupação grave e uma vulnerabilidade que cumpre abordar através da dissuasão dos mercados de capitais e de obrigações, a fim de assegurar que a «guerra económica» possa ser desencorajada e vencida;

Or. en

Alteração 134
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-B. Reconhece que a potencial criação de um banco de defesa conjunto pela China, a Rússia, a Coreia do Norte e outros países, tal como debatida na recente parada militar na China, em 3 de setembro de 2025, representa uma grande ameaça para a segurança euro-atlântica, sendo a melhor resposta a criação de um banco de defesa, segurança e resiliência;

Or. en

Alteração 135
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-C. Reconhece que os bancos estatais russos estão mandatados por lei a financiar as despesas de defesa russas e considera que a utilização de créditos extrapatrimoniais para apoiar o seu esforço de financiamento constitui uma ameaça crítica à dissuasão euro-atlântica;

Or. en

Alteração 136
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-D. Considera que os fundos

bancários mobilizados sob a forma de empréstimos, garantias e carteiras de liquidez de elevada qualidade são essenciais para assegurar, no que diz respeito às despesas de defesa, prazos de vencimento longos que garantirão a previsibilidade e estabilidade de tais despesas;

Or. en

Alteração 137
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-E. Reconhece que o banco de defesa, segurança e resiliência é uma instituição de crédito multilateral crítica, assente em práticas multilaterais testadas, mas detida e liderada pelos países membros; reconhece que o sistema de garantia criado pelo banco de defesa, segurança e resiliência atrai as PME ao reduzir o risco inerente ao seu acesso a capitais;

Or. en

Alteração 138
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 6-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-F. Reconhece que o banco de defesa, segurança e resiliência desempenha um papel fundamental em termos de compensação da dívida e atenuação do caráter tóxico do investimento no setor da defesa;

Or. en

Alteração 139
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Insta o BEI, com o apoio dos Estados-Membros, a ***procurar atingir um volume de 4 mil milhões de EUR para*** empréstimos de curto prazo, com garantias de risco até 50 %, e solicita que os critérios de compromisso do BEI em matéria de defesa sejam mais simples e flexíveis e que a elegibilidade seja alargada aos subcontratantes indiretos;	8. Insta o BEI, com o apoio dos Estados-Membros, a ***aumentar o seu apoio à BTIDE, incluindo através de*** empréstimos de curto prazo, com garantias de risco até 50 %, e solicita que os critérios de compromisso do BEI em matéria de defesa sejam mais simples e flexíveis e que a elegibilidade seja alargada aos subcontratantes indiretos;

Or. en

Alteração 140
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Insta a Comissão a rever a Diretiva Seveso III, a fim de permitir que os Estados-Membros concedam isenções aos estabelecimentos e substâncias relacionados com a defesa, sempre que necessário para fins de segurança nacional, em conformidade com a derrogação existente já prevista no artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento REACH;

Or. en

Alteração 141
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 8-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-B. Insta a Comissão a rever o Regulamento REACH, a fim de integrar uma lista de isenções para substâncias consideradas essenciais para a indústria da defesa; salienta que, ao abrigo do atual quadro regulamentar, as autorizações REACH impõem encargos financeiros e administrativos desproporcionados às empresas de defesa e especializadas em produtos de dupla utilização, mesmo nos casos em que as substâncias em causa são indispensáveis e não existem alternativas mais seguras;

Or. en

Alteração 142
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 8-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-C. Reconhece que o banco de defesa, segurança e resiliência proporcionaria financiamento plurianual tanto aos governos como aos bancos, estabelecendo garantias para os bancos nacionais e assegurando um financiamento equitativo do lado da oferta; reconhece a complementaridade do banco de defesa, segurança e resiliência no apoio às múltiplas iniciativas de despesas de defesa atualmente em curso na UE e nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 143
Reinis Pozņaks, Michał Dworczyk

Proposta de resolução
N.º 8-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-D. Reconhece a necessidade de garantir que as instituições financeiras que apoiam a defesa disponham de mais capital e de capital exigível; considera que esse capital, apoiado por empréstimos com notação de crédito AAA, permite que os bancos emitam obrigações nos mercados mundiais a um custo muito reduzido;

Or. en

Alteração 144
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;	9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; ***recorda que muitas das tecnologias de defesa são de dupla utilização e, por conseguinte, geram benefícios indiretos significativos para a inovação civil e a economia europeia em geral; salienta a necessidade de adaptar os quadros ASG para assegurar que as atividades e os investimentos relacionados com a defesa não sejam penalizados ao abrigo das regras em matéria de***

	financiamento sustentável; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;

Or. en

Alteração 145
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação ***estrita*** das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;	9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação ***errada*** das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública***; toma nota da Comunicação da Comissão sobre a aplicação ao setor da defesa do quadro de financiamento sustentável e da Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, que confirma que o quadro de financiamento sustentável da UE é compatível com investimentos no setor da defesa***; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;

Or. en

Alteração 146
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. ***Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública;*** insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;	9. Insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;

Or. en

Alteração 147
Marion Maréchal

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o	9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o

financiamento da BITDE;	financiamento da BITDE; ***apoia a inclusão do financiamento no setor da defesa entre os investimentos sustentáveis;***

Or. fr

Alteração 148
Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta ***os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado*** com a defesa***; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da*** BITDE;	9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta***, por conseguinte, a que a taxonomia da UE e as orientações relativas aos critérios ASG deixem imediatamente de ser aplicadas a quaisquer investimentos relacionados*** com a defesa***, a fim de reforçar a*** BITDE***, tendo em conta a urgência da situação geopolítica e a ameaça que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia representa para a segurança europeia***;

Or. en

Alteração 149
Michael Gahler

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam	9. Observa que, apesar dos esforços envidados desde o início da guerra na Ucrânia, muitos investidores continuam

relutantes em financiar a defesa, devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;	relutantes em financiar a defesa, ***e que a BTIDE continua a ser discriminada nos mercados financeiros*** devido a uma interpretação estrita das normas ambientais, sociais e de governação (ASG) e aos riscos associados à sua imagem pública; insta os intervenientes financeiros a melhorarem os seus conhecimentos especializados na análise e tratamento do financiamento relacionado com a defesa; incentiva a Comissão a aumentar a informação e a sensibilização para o financiamento da BITDE;
	Or. en

Alteração 150
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Sublinha que os aumentos do investimento na defesa não devem competir com outras prioridades de investimento público, incluindo as despesas sociais, a coesão territorial e a transição climática, todas elas relevantes para a segurança europeia; reitera que a forma mais eficaz de manter essas prioridades é libertar novos investimentos para a defesa, em vez de reorientar o financiamento já afetado; recorda ainda que as orientações de financiamento devem estar ancoradas numa abordagem da resiliência que envolva toda a sociedade e, por conseguinte, devem ser amplamente apoiadas pelos cidadãos europeus e que este apoio deve ser sustentável a longo prazo;
	Or. en

Alteração 151
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Solicita à Comissão e à Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados que substituam o conceito de «armas controversas» pelo de «armas proibidas», tal como definidas no anexo do Regulamento Delegado (UE) 2025/[...], adotado como parte do pacote Omnibus para a preparação da defesa; salienta que esta definição se limita às armas expressamente proibidas por tratados internacionais vinculativos; insta os intervenientes financeiros privados a ***limitarem as suas exclusões a esta lista consolidada e a*** publicarem a sua política de investimento; ***propõe que a inclusão no financiamento europeu de intervenientes cuja política de investimento vá além desta exclusão seja revista caso a caso;***	10. Solicita à Comissão e à Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados que substituam o conceito de «armas controversas» pelo de «armas proibidas», tal como definidas no anexo do Regulamento Delegado (UE) 2025/[...], adotado como parte do pacote Omnibus para a preparação da defesa; salienta que esta definição se limita às armas expressamente proibidas por tratados internacionais vinculativos; insta os intervenientes financeiros privados a publicarem a sua política de investimento;

Or. en

Alteração 152
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. ***Solicita à*** Comissão e ***à*** Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados ***que*** substituam o conceito de «armas controversas» pelo de «armas proibidas», tal como definidas no anexo do Regulamento Delegado (UE) 2025/[...], adotado como parte do pacote Omnibus para a preparação da defesa; salienta que	10. ***Realça que é urgente que a*** Comissão e ***a*** Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados substituam o conceito de «armas controversas» pelo de «armas proibidas», tal como definidas no anexo do Regulamento Delegado (UE) 2025/[...], adotado como parte do pacote Omnibus

esta definição se limita às armas expressamente proibidas por tratados internacionais vinculativos; insta os intervenientes financeiros privados a limitarem as suas exclusões a esta lista consolidada e a publicarem a sua política de investimento; propõe que a inclusão no financiamento europeu de intervenientes cuja política de investimento vá além desta exclusão seja revista caso a caso;	para a preparação da defesa; salienta que esta definição se limita às armas expressamente proibidas por tratados internacionais vinculativos; insta os intervenientes financeiros privados a limitarem as suas exclusões a esta lista consolidada e a publicarem a sua política de investimento; propõe que a inclusão no financiamento europeu de intervenientes cuja política de investimento vá além desta exclusão seja revista caso a caso;

Or. en

Alteração 153
Reinier Van Lanschot
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 154
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*

11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;	11. Exorta a Comissão a confirmar ***inequívoca e*** publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe ***nem restringe ou desincentiva*** o investimento no setor da defesa; ***salienta que a defesa e a segurança são condições prévias para o desenvolvimento sustentável, pelo que*** solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;

Or. en

Alteração 155
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;	11. Exorta a Comissão a ***publicar, assim que possível, os esclarecimentos previstos no plano Prontidão 2030, publicado em junho de 2025, a fim de*** confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;

Or. en

Alteração 156
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;	11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não proíbe o investimento no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia***, bem como ao abrigo do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros,*** como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;

Or. en

Alteração 157
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não ***proíbe o investimento*** no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;	11. Exorta a Comissão a confirmar publicamente que a taxonomia verde da UE não ***impede investimentos*** no setor da defesa; solicita que as atividades de defesa sejam reconhecidas no âmbito desta taxonomia como um contributo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 16 das Nações Unidas («Paz, Justiça e Instituições Eficazes»), como elemento de prevenção de conflitos armados e garantia da paz;

Or. en

Alteração 158
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 11-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	11-A. Insta a Comissão a isentar as PME e as empresas em fase de arranque das obrigações decorrentes da Diretiva Relato de Sustentabilidade das Empresas e a permitir que as empresas abrangidas por este ato utilizem estimativas razoáveis no âmbito da avaliação dos impactos na sustentabilidade causados pelas suas PME fornecedoras sediadas na UE; observa que as normas europeias de relato de sustentabilidade impõem encargos particularmente onerosos às empresas do setor da defesa e solicita isenções mais claras para as informações classificadas relacionadas com a segurança nacional, bem como isenções adicionais e proporcionadas de outros requisitos exigentes previstos nessas normas;

Or. en

Alteração 159
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo	12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE ***e da BTID ucraniana*** em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o

de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;	Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor; ***incentiva o BEI a alargar este instrumento à BTID ucraniana, bem como a concebê-lo de modo a que promova parcerias e empreendimentos conjuntos entre a BTIDE e as empresas da BTID ucraniana;***

Or. en

Alteração 160
Nathalie Loiseau, Lucia Yar, Petras Auštrevičius, Urmas Paet, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Bart Groothuis, Christophe Grudler

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; ***incentiva*** o BEI a ***aumentar*** este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;	12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; ***considera este fundo amplamente insuficiente, tendo em conta as necessidades de financiamento, e insta*** o BEI a ***atender aos pedidos dos Estados-Membros, conforme reiterados nas conclusões do Conselho, aumentando*** este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;

Or. en

Alteração 161
Michał Dworczyk, Reinis Pozņaks

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;	12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em todas as fases (empresas em fase de arranque, PME e empresas de média capitalização); saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor***, prestando especial atenção aos intervenientes de menor dimensão cujo défice de financiamento é mais elevado***;

Or. en

Alteração 162
Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em	12. Considera essencial apoiar um mercado europeu de investidores especializados que ofereça um continuum de financiamento (crédito, dívida privada e capital próprio) às empresas da BTIDE em

todas as fases ***(***empresas em fase de arranque***,*** PME ***e empresas de média capitalização)***; saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;	todas as fases***, e sobretudo às*** empresas em fase de arranque ***e às*** PME; saúda a iniciativa da Comissão e do BEI de criar o Mecanismo de Capital Próprio no Setor da Defesa, no valor de 175 milhões de EUR, para o período 2024-2027; incentiva o BEI a aumentar este orçamento para mil milhões de EUR, a fim de melhor satisfazer as necessidades de capital próprio da BITDE e da sua cadeia de valor;

Or. en

Alteração 163
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Insta a Comissão a fornecer orientações e modelos claros sobre novos acordos, coordenação e coimplantação por concorrentes no setor da defesa, a fim de permitir que a BTIDE realize investimentos mais sólidos em I&D;

Or. en

Alteração 164
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Solicita à Comissão que examine a ***flexibilização das regras anti-trust*** para facilitar a consolidação intraeuropeia ***quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob controlo europeu***; exorta, ao	13. Solicita à Comissão que***, no âmbito da aplicação das regras de concorrência,*** examine a ***prontidão em matéria de defesa, a segurança do aprovisionamento, o potencial de reforço da inovação e a***

mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes ***estrangeiros***;	***redução das dependências em relação a países terceiros,*** para facilitar a consolidação ***produtiva*** intraeuropeia ***da BTIDE***; exorta, ao mesmo tempo, ***os Estados-Membros a assegurarem que, além de aberta e competitiva no que se refere à BTIDE no seu conjunto, a sua aquisição de produtos de defesa cumpre igualmente o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade no interior da UE, e considera que estes aspetos constituem contrapesos necessários para uma maior consolidação a nível europeu***; ***solicita especificamente aos Estados-Membros, a este respeito, que não abusem da utilização do artigo 346.º do TFUE ao adquirirem produtos de defesa; exorta*** os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes ***de países terceiros***;
	Or. en

Alteração 165
Judita Laššáková, Monika Beňová

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Solicita à Comissão que examine ***a flexibilização das*** regras anti-trust para facilitar a consolidação ***intraeuropeia quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob controlo europeu***; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros;	13. ***Reconhece o imperativo estratégico da consolidação intraeuropeia tendo em vista a construção de uma indústria de defesa mais capaz e resiliente;*** solicita à Comissão que examine ***as suas*** regras anti-trust para facilitar a consolidação ***intra-UE; insta a Comissão a rejeitar todas as propostas passíveis de colocar em causa os princípios fundamentais da concorrência, que são cruciais para impulsionar a inovação, preservar uma fixação de preços justa e evitar o surgimento de monopólios não concorrenciais***; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus

controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros;

Or. en

Alteração 166
Pierre-Romain Thionnet, Christophe Bay, Jorge Buxadé Villalba, Roberto Vannacci

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Solicita à Comissão que examine a flexibilização das regras anti-trust para facilitar a consolidação intraeuropeia quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob controlo europeu; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros;	13. Solicita à Comissão que examine a flexibilização das regras anti-trust para facilitar a consolidação intraeuropeia quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob controlo europeu; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros; ***observa que o relatório Draghi identifica o princípio do retorno geográfico da Agência Especial Europeia (AEE) como um obstáculo importante à consolidação das indústrias espacial e de defesa e insta o Conselho da AEE a abandonar esse princípio;***

Or. en

Alteração 167
Riho Terras

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Solicita à Comissão que examine a flexibilização das regras anti-trust para facilitar a consolidação intraeuropeia quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob controlo europeu; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a	13. Solicita à Comissão que examine a flexibilização das regras anti-trust para facilitar a consolidação intraeuropeia ***das PME e das empresas de média capitalização*** quando as empresas estratégicas de defesa estiverem sob

reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros;	controlo europeu; exorta, ao mesmo tempo, os Estados-Membros a reforçarem os seus controlos sobre o investimento direto realizado por agentes estrangeiros;

Or. en

Alteração 168
Ana Catarina Mendes, Raphaël Glucksmann, Vasile Dîncu, José Cepeda, Yannis Maniatis

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Congratula-se com o lançamento do rótulo «Finance Europe»; observa que este rótulo, que visa canalizar as poupanças privadas para investimentos a longo prazo na economia real europeia, promove o financiamento de capitais próprios para as empresas; incentiva a Comissão a apoiar esta iniciativa propondo um rótulo europeu no âmbito da União da Poupança e dos Investimentos;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 169
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Salienta que qualquer aumento das despesas com a defesa deve ser acompanhado de um compromisso simultâneo em prol do reforço da coesão social, da resiliência civil e do investimento na educação, na saúde e na proteção social, a fim de garantir que a

segurança dos cidadãos europeus não seja apenas militar, mas também social e económica;

Or. fr

Alteração 170
Salvatore De Meo

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Insta a Comissão a reforçar os programas de cooperação industrial e as parcerias transnacionais, incluindo as plataformas da cadeia de abastecimento e os projetos de co-desenvolvimento, a fim de integrar as cadeias de valor, reforçar os conhecimentos especializados nacionais, promover economias de escala e aumentar a competitividade global da BTIDE;

Or. it

Alteração 171
Marta Wcisło

Proposta de resolução
Subtítulo 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Reforçar a defesa europeia através de uma estratégia global, do reforço da segurança e da resiliência

Or. en

Alteração 172
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-B. Propõe a criação de um sistema antidrones abrangente no âmbito da defesa aérea, com base nas experiências da guerra na Ucrânia; entende que os incidentes recorrentes de quedas de drones e outros objetos na Polónia e noutros países da fronteira oriental da UE demonstram que esta ameaça é cíclica e pode intensificar-se, pelo que exige uma resposta antidrones e antibalística; considera crucial, à luz de uma possível agressão por parte dos vizinhos orientais, investir em sistemas antidrones modernos e capazes de identificar e neutralizar eficazmente tais ameaças; observa que a aplicação destes sistemas reforçará a segurança tanto nas regiões fronteiriças como no resto da União Europeia;

Or. en

Alteração 173
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-B. Insiste em que o Parlamento Europeu desempenhe um papel central no controlo democrático da utilização dos fundos ligados ao plano «ReArm Europe», assegurando a transparência e a responsabilização, a fim de evitar desvios orçamentais ou a concentração de lucros entre alguns grandes grupos industriais, e apela à inclusão sistemática da sociedade civil na consulta e no acompanhamento de projetos de infraestruturas de dupla utilização;

Or. fr

Alteração 174
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-C. Salienta que os Estados-Membros da UE devem alinhar os seus investimentos em investigação e desenvolvimento com a meta da OTAN de dedicar 20-25 % dos orçamentos de defesa à inovação e ao progresso tecnológico; sublinha que este investimento deve centrar-se no desenvolvimento de tecnologias militares de ponta, incluindo a inteligência artificial, os sistemas de armamento avançados, os sistemas aéreos não tripulados e as redes de comunicação da próxima geração; considera que o reforço das capacidades de I&D permitirá à UE assegurar uma postura de defesa não só reativa, mas também proativa, dando assim uma resposta eficaz às ameaças emergentes e mantendo a superioridade estratégica num ambiente de segurança cada vez mais complexo;

Or. en

Alteração 175
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-C. Insta a Comissão e os Estados-Membros a afetarem uma parte dos fundos às PME do setor da defesa nas regiões periféricas e menos desenvolvidas

da UE, em particular na Europa Central e Oriental, a fim de assegurar uma distribuição equitativa das oportunidades industriais e reforçar a coesão económica e territorial;

Or. fr

Alteração 176
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-D. Insta os Estados-Membros da UE a assumirem um compromisso unificado no sentido de aumentar as despesas de defesa de acordo com os resultados e decisões estabelecidos na Cimeira de Haia, tendo em vista um aumento generalizado de 5 % nos orçamentos de defesa; exorta os Estados-Membros a promoverem iniciativas europeias no domínio da defesa e a aquisição de armas passíveis de serem rapidamente modificadas e modernizadas de acordo com as necessidades e tarefas; insta-os igualmente a reforçarem a interoperabilidade das forças armadas e a investirem em programas de contratação conjunta que se alinhem com os objetivos estratégicos, incluindo, entre outros, a produção de munições; observa que tais ações reforçarão as capacidades de defesa coletiva da Europa e demonstrarão solidariedade na resposta aos desafios comuns em matéria de segurança, através de uma despesa acrescida e mais inteligente, através da colocação da tónica nas principais prioridades militares;

Or. en

Alteração 177
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-D. Salienta que os investimentos na defesa europeia devem promover soluções industriais sustentáveis, com critérios sociais e ambientais, e apela a um mecanismo europeu de certificação que garanta que as cadeias de abastecimento respeitem os direitos dos trabalhadores e as normas ambientais;

Or. fr

Alteração 178
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-E. Defende a criação de uma doutrina abrangente em matéria de informação e cibersegurança para a União Europeia, concebida para fazer face às ameaças multifacetadas colocadas pela desinformação e pelas ciberoperações russas; assinala que esta doutrina deve integrar medidas sólidas de cibersegurança com estratégias proativas de gestão da informação, assegurando a resiliência das infraestruturas críticas e reforçando a sensibilização do público para as táticas de desinformação; observa que ao promover a colaboração entre os Estados-Membros, a UE pode desenvolver um quadro de resposta unificado que proteja as instituições democráticas e a sociedade civil de ameaças híbridas, reforçando assim, em última análise, a segurança e a coesão da União;

Or. en

Alteração 179
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-E. Exorta a Comissão a acrescentar ao plano «ReArm Europe» um pilar sobre o reforço da proteção civil, da cibersegurança e da cooperação civil-militar, para que a defesa da UE também se traduza numa melhor segurança quotidiana dos cidadãos;

Or. fr

Alteração 180
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-F. Destaca a importância estratégica do Escudo da Fronteira Oriental e da Linha de Defesa do Báltico, enquanto componentes críticas da estratégia global de defesa da UE contra as ameaças do flanco oriental; insta a um maior investimento e coordenação no desenvolvimento e reforço destas estruturas defensivas, assegurando que estejam equipadas para responder eficazmente a potenciais agressões; considera fundamental estabelecer uma postura dissuasora que, além de proteger os Estados-Membros, reforce também a estabilidade e a segurança de toda a região europeia face à evolução das ameaças, combinando-a simultaneamente

com investimentos concretos e tangíveis em infraestruturas de segurança e defesa no terreno;

Or. en

Alteração 181
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-F. Salienta que a região do mar Negro deve ser reconhecida como uma prioridade estratégica na preparação da defesa europeia até 2030 e apela à criação imediata de um programa específico de investimento de dupla utilização em infraestruturas portuárias, logística naval e vias navegáveis interiores, em particular o eixo Danúbio-mar Negro, a fim de reforçar a mobilidade militar e o desenvolvimento económico;

Or. fr

Alteração 182
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-G. Propõe o estabelecimento de um quadro abrangente para os investimentos em produtos de dupla utilização que reforce tanto a prontidão militar como as capacidades de defesa civil; salienta que este quadro deve dar prioridade ao desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas capazes de desempenhar uma finalidade dupla em tempos de paz

(como estádios, centros comunitários, estabelecimentos de ensino) e de conflito (como sistemas de resposta a emergências, abrigos e instalações de armazenamento, redes de comunicação e logística dos transportes); observa que ao integrar os investimentos em produtos de dupla utilização nas estratégias de defesa nacionais e da UE, a UE pode reforçar a sua postura global em matéria de segurança, promovendo simultaneamente o crescimento económico e a inovação tecnológica;

Or. en

Alteração 183
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-G. Insta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem que uma parte proporcional dos fundos do plano «ReArm Europe» seja atribuída aos Estados do flanco oriental, nomeadamente a Roménia, a Polónia e os Estados Bálticos, a fim de reforçar as infraestruturas fronteiriças, os corredores de transporte estratégicos e a resiliência energética;

Or. fr

Alteração 184
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-H (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

14-H. Salienta a necessidade de constituir reservas operacionais e estratégicas de recursos adaptados às ameaças militares previstas, incluindo os recursos necessários para o manuseamento de armas e as reservas necessárias para salvaguardar as necessidades básicas dos civis em situações de crise, como o fornecimento de água, alimentos, medicamentos, materiais para fins de aquecimento, etc.; assinala que em situações de ameaça, uma das formas mais fáceis de provocar agitação social é privar os civis do acesso a produtos básicos, o que pode conduzir a perturbações internas à medida que as pessoas procuram satisfazer as necessidades das suas famílias; salienta que os países da UE devem estar preparados para fornecer esses produtos aos seus cidadãos em situações de ameaça para a segurança;

Or. en

Alteração 185
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-H (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-H. Salienta a necessidade de alargar a rede de preparação da defesa europeia à Ucrânia e à República da Moldávia através de projetos de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e energéticas com a Roménia, a fim de facilitar a interoperabilidade e apoiar a sua integração democrática na comunidade de segurança europeia;

Or. fr

Alteração 186
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
N.º 14-I (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-I. Apela à criação de um programa europeu específico de ciber-resiliência para o mar Negro e o flanco oriental, que apoie a Roménia, a Bulgária, a Moldávia e a Ucrânia na proteção das redes de transportes, de energia e de comunicação contra ameaças híbridas e desinformação;

Or. fr

Alteração 187
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-I (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-I. Defende uma parceria aprofundada no que toca à recolha e partilha de informações, através de quadros de cooperação essenciais que, em combinação com um planeamento estratégico coordenado, permitam uma resposta eficaz aos desafios de segurança comuns;

Or. en

Alteração 188
Marta Wcisło

Proposta de resolução
N.º 14-J (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-J. Salienta a importância de manter, nos Estados-Membros da UE, forças de elevada prontidão passíveis de uma mobilização rápida em resposta a ameaças emergentes, com uma integração e um reforço adequados dos agrupamentos táticos da UE, a que acresce a necessidade de preparar estratégias de reforço com forças pré-destacadas, equipamento pré-posicionado e uma logística reforçada;

Or. en